

País de paradoxos, onde até as constantes às vezes são variáveis

Márcio Garcia Vilela *



Em minhas conversas profissionais com executivos de empresas estrangeiras que atuam no Brasil, tenho sempre o cuidado e a preocupação, nas minhas análises e previsões, de ressalvar que o Brasil é um país surpreendente. Aqui — tenho o hábito de ilustrar nas minhas ressalvas — costuma acontecer um paradoxo matemático: as variáveis são muito variáveis e as constantes às vezes são variáveis.

Impressiona a todos nós, também, como freqüentemente é mais importante ter sido do que ser autoridade econômica. Os "ex" são costumeiramente muito ouvidos, prestam-se-lhes, em geral, muita atenção, são levados a sério, ainda quando notoriamente fracassados em suas passagens pelo governo, nestes últimos anos de cadeias sucessivas de insucessos e frustrações. Deitam falação, criticam, sugerem abundantemente e são sempre requisitados e festejados por empresários e suas lideranças, quando não pelas próprias autoridades de plantão.

De 1964 para cá, creio que são poucos os que, tendo passado pelo governo, formal ou informalmente, ainda merecem crédito.

Excluída a dupla Campos-Bulhões, inquestionavelmente os dois únicos homens públicos que foram bem-sucedidos no combate à inflação e, para a época, em arrojado processo de reformas institucionais, parece que sobra o prof. Mário Simonsen, talvez o mais completo de todos os economistas brasileiros da atualidade. Pode-se atribuir-lhe, possivelmente, o pecado venial de não haver, na ocasião, como ministro da Fazenda, resistido aos donos do poder, que não lhe permitiram, já então, proceder aos ajustes — que ele conhecia muito bem — na economia brasileira. Deve-se-lhe, entretanto, o fato de, através de competente gerência econômica, ter conseguido controlar e manter a inflação brasileira em níveis razoavelmente decentes. Ainda éramos relativamente civilizados.

Delfim Netto, a partir de agosto de 1979, e muito ao gosto da FIESP, meteu o pé no acelerador, na conhecida retórica de dominar a inflação pelo crescimento econômico. Tentou reeditar o desenvolvimentismo kubitschekiano, com os resultados sabidos: crise cambial, duas maxidesvalorizações da moeda nacional, dois anos de recessão, deixando afinal o governo com inflação de mais de 200% ao ano.

Aí veio a Nova República. Nascida da incompetência do então general-presidente e da competência na arte da articulação política do governador de Minas, que soube explorar com sagacidade o sentimento de preterição e o ins-

tinto de permanecer no poder de alguns políticos governistas, simplesmente não conseguiu instalar-se. Imposto a Tancredo Neves como vice-presidente um político que tinha todos os títulos para não sê-lo, se o cargo tivesse sido situado na faixa de importância que tem, quando existe, com a morte daquele a Presidência da República ficou nas mãos de um homem perplexo, indeciso, politicamente habituado às manobras miúdas e rasteiras nas quais se formou, e o desastre aconteceu.

Depois de muitas hesitações, nós os brasileiros passamos a ser submetidos a intermináveis experiências, no imenso laboratório de teoria econômica que se montou, no mais espetacular conjunto de idéias heterodoxas jamais visto no País. Os resultados todos conhecemos: três planos de estabilização econômica fracassados, duas reformas monetárias, inflação anual de quatro dígitos, tudo entremeado do culto ao calote, das trapaças com o pobre e desprotegido poupador, da destruição do credor e do bom conceito de que deve desfrutar o devedor, da desarticulação do sistema financeiro, da desorganização cada vez maior da economia sempre que se saía de cada um desses planos.

O mais curioso disso tudo é que, em fins de 1989, foi eleito, após longo jejum democrático, um presidente que, do alto de sua juventude, de sua legitimidade e de sua vontade política — ainda que a esta não tenha correspondido o indispensável poder político —, pregava justamente o rompimento com tudo isso, e adotava um discurso tão corajosamente modernizante que acabou conquistando e entusiasmado estratos da sociedade organizada que nele não confiavam. Daí que muitos de nós toleramos a extrema violência do seqüestro dos haveres financeiros em março passado; acreditamos que cristãos novos do credo do capitalismo moderno, da abertura da economia brasileira ao mundo, dos mecanismos de mercado em abandono ao dirigismo econômico, estavam verdadeiramente convertidos. Recuperamos a confiança esfarrapada, muitos de nós demos a volta por cima, acreditamos e aplaudimos. Quando se anunciaava que já não mais havia déficit público e que, portanto, não existia e nem existiria por um bom período de tempo nenhuma necessidade de financiá-lo, quando se afirmava que o governo tinha controle absoluto das políticas fiscal e monetária, que a expansão da moeda atendia apenas às demandas normais da economia, que a recessão antecipadamente anunciada seria breve, apenas para sepultar as teimosas expectativas inflacionárias remanescentes, deixamos de lado nosso senso crítico e nossa capacidade de análise, demos uma de avestruz, enfiamos a cabeça no buraco, creamos e com fé começamos a esperar o fim da tempestade. Tudo em vão, aqui esta-

mos de novo. Precisamos exercitar o dom da fé com mais intensidade? Ou será que este país não é viável, não dá mesmo certo, por mais iluminados que sejam nossos dirigentes? Ou será porque não se faz tudo o que precisa ser feito, quando pelo menos já se sabe, "de experiência feita", o que não se deve fazer?

A economia é uma ciência aparentemente muito complicada, sobretudo para os que se esquecem que ela é também arte. Talvez até mais arte do que ciência.

Por que não deixar o voluntarismo que advém da falsa certeza que a ciência às vezes enganosamente dá, ser mais humilde, menos sábio, e compreender afinal que, sendo pura expressão do espírito, a arte, sobretudo a de saber tratar com seres humanos, com suas emoções e reações, pode ensinar muito mais.

* Ex-secretário da Fazenda de Minas Gerais, doutor em Economia Política e sócio-diretor da Tendência Consultoria.